

ARAKEN DE ASSIS
MANUAL DOS
RECURSOS

8.ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

De acordo com o **novo CPC** e a **Lei 13.256/2016**

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI ONO

Editoras: Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Ivie A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

Assistente Administrativo Editorial: Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas de Operações Editoriais: Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Mauricio Zednik Cassim, Patrícia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Qualidade Editorial e Revisão

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Daniele de Andrade Vintecinco, Maria Cecilia Andreo e Mayara Crispim Freitas

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Assis, Araken de
Manual dos recursos / Araken de Assis. -- 8. ed. rev. atual. e ampl.
-- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia.
ISBN 978-85-203-6796-4

1. Direito processual civil 2. Direito processual civil - Brasil 3.
Recursos (Direito) - Brasil I. Título.

16-07016

CDU-34:347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Recursos : Direito
processual civil 34:347.9(81)

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 8.ª EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA À 7.ª EDIÇÃO	13
NOTA PRÉVIA À 6.ª EDIÇÃO	15
NOTA PRÉVIA À 5.ª EDIÇÃO	17
NOTA PRÉVIA À 4.ª EDIÇÃO	19
NOTA PRÉVIA À 3.ª EDIÇÃO	21
NOTA PRÉVIA À 2.ª EDIÇÃO	23
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO	25

Parte I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS

1. Conceito de recurso no processo civil	47
2. Natureza jurídica do recurso	51
2.1 Recurso como prolongamento da ação originária	52
2.2 Recurso como pretensão autônoma no mesmo processo	54
2.3 Condição jurídica do provimento sujeito a recurso.....	61
3. Classificação dos recursos no processo civil	65
3.1 Recursos ordinários e extraordinários.....	69
3.2 Recursos de motivação livre (ou simples) e vinculada	71
3.3 Recursos independentes e subordinados	72
3.3.1 Designação do recurso subordinado	74
3.3.2 Natureza jurídica do recurso subordinado	75
3.3.3 Condições de admissibilidade do recurso subordinado	76
3.3.3.1 Cabimento do recurso subordinado.....	76
3.3.3.2 Legitimidade para interpor recurso subordinado.....	79
3.3.3.3 Interesse na interposição do recurso subordinado	80
3.3.3.4 Tempestividade do recurso subordinado	81
3.3.3.5 Regularidade formal do recurso subordinado	82
3.3.3.6 Preparo do recurso subordinado	82
3.3.4 Procedimento do recurso subordinado	83
3.3.5 Julgamento do recurso subordinado	85

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS

4. Princípios fundamentais em matéria de recursos	89
5. Princípio do duplo grau na unidade do processo	90
5.1 Fundamentos do princípio do duplo grau	92
5.2 Base política do princípio do duplo grau	95
5.3 Base técnica do princípio do duplo grau	98
6. Princípio da taxatividade	101
6.1 Recursos previstos na codificação processual	101
6.2 Recursos previstos nas leis extravagantes	103
6.3 Constitucionalidade das restrições à recorribilidade	104
6.4 Exceções ao princípio da taxatividade	104
7. Princípio da singularidade	107
8. Princípio da fungibilidade	111
8.1 Casos de dúvida objetiva	112
8.2 Admissibilidade do princípio da fungibilidade	116
8.3 Condições da aplicação do princípio da fungibilidade	119
8.4 Efeitos do reconhecimento da impropriedade do recurso	122
9. Princípio da dialeticidade	122
9.1 Configuração da dialeticidade	123
9.2 Fundamento da dialeticidade	124
9.3 Requisitos da dialeticidade	125
10. Princípio da voluntariedade	126
11. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	127
12. Princípio da complementaridade	130
13. Princípio da consumação	132
14. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	133
14.1 Aplicação e evolução do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	134
14.2 Fundamento da <i>reformatio in pejus</i>	136
14.3 Espécies de <i>reformatio in pejus</i>	138
14.4 Limites da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	139
14.4.1 Casos de inadmissibilidade da <i>reformatio in pejus</i>	139
14.4.2 Casos de admissibilidade da <i>reformatio in pejus</i>	141

3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS

15. Distinção entre a admissibilidade e o mérito do recurso	147
16. Juízo de admissibilidade	149
16.1 Natureza do juízo de admissibilidade	150
16.2 Competência para o juízo de admissibilidade	151
16.3 Forma do juízo de admissibilidade	152
16.4 Momento do juízo de admissibilidade	154
16.5 Objeto do juízo de admissibilidade	156

17. Juízo de mérito	157
17.1 Natureza do juízo de mérito	157
17.2 Competência para o juízo de mérito	157
17.3 Forma do juízo de mérito	160
17.4 Momento do juízo de mérito	160
17.5 Objeto do juízo de mérito	161
17.5.1 Relação entre o mérito da causa e o mérito do recurso	162
17.5.2 Causa de pedir do recurso	163
17.5.3 Pedido do recurso	166

4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

18. Classificação das condições de admissibilidade	169
19. Requisitos intrínsecos	171
19.1 Cabimento	171
19.1.1 Classificação dos atos recorríveis	172
19.1.2 Correlação entre atos decisórios e recursos	179
19.1.3 Equívocos do recorrente	183
19.2 Legitimidade	184
19.2.1 Legitimidade da parte	184
19.2.2 Legitimidade do Ministério Público	188
19.2.3 Legitimidade do terceiro	190
19.2.4 Legitimidade do juiz e dos seus auxiliares	195
19.2.5 Legitimidade do advogado	197
19.3 Interesse para recorrer	199
19.3.1 Utilidade do recurso	199
19.3.2 Necessidade do recurso	207
19.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo	210
19.4.1 Renúncia	210
19.4.1.1 Distinção das figuras afins	210
19.4.1.2 Natureza da renúncia	211
19.4.1.3 Requisitos da renúncia	211
19.4.1.4 Oportunidade da renúncia	211
19.4.1.5 Efeitos da renúncia	212
19.4.2 Desistência	213
19.4.2.1 Distinção das figuras afins	214
19.4.2.2 Natureza da desistência	214
19.4.2.3 Espécies de desistência	214
19.4.2.4 Requisitos da desistência	215
19.4.2.5 Oportunidade da desistência	217
19.4.2.6 Efeitos da desistência	218
19.4.3 Aquiescência	220
19.4.3.1 Distinção das figuras afins	220
19.4.3.2 Natureza da aquiescência	220

19.4.3.3	Espécies de aquiescência	220
19.4.3.4	Requisitos da aquiescência	221
19.4.3.5	Oportunidade da aquiescência	222
19.4.3.6	Efeitos da aquiescência	222
19.4.4	Depósito prévio da multa	223
19.4.5	Inexistência de repercussão geral da questão constitucional	225
20.	Requisitos extrínsecos	226
20.1	Tempestividade	226
20.1.1	Quantitativo do prazo	228
20.1.2	Contagem do prazo: termo inicial	230
20.1.3	Contagem do prazo: natureza e ampliações	235
20.1.4	Contagem do prazo: suspensão e interrupção	240
20.1.5	Controle da tempestividade	244
20.2	Regularidade formal	247
20.2.1	Petição escrita	247
20.2.2	Identificação das partes	250
20.2.3	Causa de pedir ou fundamentação do recurso	251
20.2.4	Pedido de reforma ou de invalidação	254
20.2.5	Requisitos suplementares	254
20.3	Preparo	258
20.3.1	Dispensa do preparo	263
20.3.2	Relevação da deserção	264
21.	Efeitos do juízo de admissibilidade	265

5. EFEITOS DOS RECURSOS

22.	Classificação dos efeitos dos recursos	269
23.	Efeito obstativo	274
24.	Efeito devolutivo	278
24.1	Fundamento do efeito devolutivo	279
24.2	Conceito de efeito devolutivo	281
24.3	Espécies de devolução	282
24.4	Objeto da devolução	282
24.5	Órgão destinatário da devolução	283
24.6	Exclusão do benefício comum através do efeito devolutivo	284
24.7	Devolução das questões discutidas	285
24.8	Devolução das questões de ordem pública	285
24.9	Extensão subjetiva da devolução	287
24.9.1	Espécies de litisconsórcio	288
24.9.2	Fundamento e âmbito de incidência da extensão subjetiva	290
24.9.3	Requisitos da extensão subjetiva	292
24.9.4	Disciplina das despesas processuais	294
25.	Efeito suspensivo	295
25.1	Fundamento do efeito suspensivo	296

25.2	Conceito de efeito suspensivo	298
25.3	Objeto do efeito suspensivo	298
25.3.1	Efeitos dependentes da suspensão	299
25.3.2	Efeitos independentes da suspensão	300
25.3.3	Efeitos subordinados ao trânsito em julgado	301
25.3.4	Efeito suspensivo reflexo	302
25.4	Termo inicial e termo final do efeito suspensivo	302
25.5	Extensão do efeito suspensivo	303
25.6	Recursos suspensivos	304
25.7	Recursos não suspensivos	306
25.8	Concessão <i>ope legis</i> do efeito suspensivo	308
25.9	Concessão <i>ope iudicis</i> do efeito suspensivo	309
25.10	Antecipação dos efeitos da pretensão recursal	314
26.	Efeito substitutivo	316
26.1	Fundamento do efeito substitutivo	316
26.2	Conceito do efeito substitutivo	317
26.3	Espécies de efeito substitutivo	317
26.4	Objeto da substituição	318
26.5	Efeitos da substituição	321

6. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

27.	Disposições comuns aos recursos e demais causas	325
28.	Função dos tribunais no julgamento dos recursos	325
29.	Função da jurisprudência dos tribunais: precedente	329
29.1	Uniformização da jurisprudência no direito anterior	329
29.2	Uniformização da jurisprudência no direito vigente	333
29.2.1	Atributos da jurisprudência dos tribunais	334
29.2.2	Incorporação da jurisprudência dominante em súmula	335
29.2.3	Vinculação dos órgãos judiciários ao precedente	337
29.2.4	Objeto da vinculação dos órgãos judiciários	338
29.2.5	Revisão do precedente	342
29.2.5.1	Competência na revisão do precedente	343
29.2.5.2	Meios para revisão do precedente	343
29.2.5.3	Requisitos da revisão do precedente	344
29.2.5.4	Efeitos da revisão do precedente	346
30.	Fase da distribuição do recurso	347
30.1	Registro do recurso no protocolo	347
30.2	Distribuição do recurso	348
30.3	Remessa à secretaria do órgão fracionário e conclusão ao relator	351
31.	Procedimento abreviado do julgamento dos recursos	352
31.1	Objeto da decisão do relator	353
31.1.1	Recursos excluídos da decisão singular	353
31.1.2	Poderes do relator nas ações impugnativas e nos sucedâneos recursais ..	355

31.2	Fundamentos da decisão do relator	356
31.2.1	Recurso inadmissível.....	357
31.2.2	Recurso prejudicado.....	358
31.2.3	Recurso incongruente	360
31.2.4	Recurso contrário em súmula ou ao precedente	360
31.2.5	Recurso fundado em súmula ou em precedente.....	363
31.3	Momento da decisão do relator	364
31.4	Forma da decisão do relator	364
32.	Fase inicial do procedimento completo.....	365
32.1	Atribuições gerais do relator.....	365
32.2	Abertura de vista ao Ministério Público.....	367
32.3	Requisitos da exposição do relator	368
32.4	Conclusão ao revisor	370
32.4.1	Subsistência do revisor	371
32.4.2	Atribuições do revisor	371
32.4.3	Consequências da falta de revisão.....	373
32.4.4	Consequências da falta de participação do revisor no julgamento	373
32.5	Designação de dia de julgamento	373
32.6	Publicação da pauta de julgamento	375
32.6.1	Caráter público ou reservado da sessão	375
32.6.2	Requisitos da publicação	376
32.6.3	Prazo de espera da sessão.....	378
32.6.4	Afixação da pauta na entrada da sala de sessões.....	379
32.6.5	Consequências do adiamento.....	380
32.6.6	Vista dos autos na secretaria	381
32.7	Vinculação do relator	381
32.8	Distribuição de cópias do relatório	382
33.	Fase intermediária do procedimento do recurso	383
33.1	Etapas do julgamento.....	384
33.2	Abertura da sessão.....	384
33.3	Ordem dos julgamentos: precedência obrigatória do agravo de instrumento	385
33.4	Ordem dos julgamentos: as preferências legais, regimentais e voluntárias	389
33.5	Exposição do relator.....	393
33.6	Debate oral	394
33.6.1	Casos de admissibilidade da sustentação oral.....	394
33.6.2	Prazo da sustentação oral	396
33.6.3	Conteúdo da sustentação oral	398
33.6.4	Sustentação oral do Ministério Público	398
33.6.5	Atitude dos julgadores perante a sustentação oral	398
33.6.6	Forma da sustentação oral.....	399
33.7	Deliberação do órgão fracionário.....	400
33.7.1	Publicidade e garantias da deliberação	400
33.7.2	Quórum da deliberação	401
33.7.3	Ordem da deliberação.....	403

33.7.3.1	Conceito de questão preliminar	404
32.7.3.2	Espécies de questões preliminares.....	405
33.7.3.3	Efeitos da apreciação das preliminares	406
33.7.3.4	Iniciativa da suscitação da preliminar	406
33.7.3.5	Ordem de votação das preliminares.....	407
33.7.3.6	Consequências do julgamento da preliminar	409
34.	Incidentes no julgamento dos recursos	409
34.1	Assunção de competência	410
34.1.1	Pressupostos da assunção de competência	412
34.1.1.1	Julgamento pendente	412
34.1.1.2	Relevante questão de grande repercussão social.....	413
34.1.2	Iniciativa da assunção de competência	415
34.1.3	Oportunidade da assunção de competência.....	416
34.1.4	Competência na admissão da assunção de competência.....	417
34.1.5	Procedimento inicial da assunção de competência	418
34.1.6	Procedimento final da assunção de competência.....	421
34.1.7	Efeito da deliberação: o precedente	422
34.1.8	Aplicação do direito à espécie.....	424
34.2	Declaração incidental de inconstitucionalidade	425
34.2.1	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	426
34.2.2	Legitimidade para arguir a inconstitucionalidade.....	427
34.2.3	Oportunidade da arguição de inconstitucionalidade	427
34.2.4	Procedimento inicial da arguição da constitucionalidade.....	428
34.2.4.1	Audiência do Ministério Público e das partes na arguição	428
34.2.4.2	Apreciação da arguição no órgão de origem.....	428
34.2.4.3	Rejeição da arguição de inconstitucionalidade	429
34.2.4.4	Desnecessidade da renovação do controle de constitucionalidade	429
34.2.4.5	Acolhimento da arguição de inconstitucionalidade.....	430
34.2.4.6	Descumprimento da cláusula de reserva do plenário	431
34.2.5	Procedimento final da arguição da constitucionalidade.....	432
34.2.5.1	Órgão competente para declarar a inconstitucionalidade.....	432
34.2.5.2	Designação da data de julgamento da arguição.....	432
34.2.5.3	Remessa de cópias do acórdão.....	433
34.2.5.4	Intervenção de terceiros na arguição de inconstitucionalidade	433
34.2.5.5	Quórum para declarar a inconstitucionalidade	434
34.2.5.6	Efeitos da pronúncia da inconstitucionalidade.....	435
34.2.5.7	Recorribilidade do pronunciamento incidental.....	436
34.2.6	Retomada do julgamento no órgão fracionário	436
34.3	Afetação do julgamento.....	437
34.3.1	Oportunidade da afetação.....	438
34.3.2	Pressupostos da afetação	438

34.3.3	Iniciativa da afetação	439
34.3.4	Desnecessidade de acórdão para afetar o julgamento.....	440
34.3.5	Assunção ou rejeição da competência.....	440
34.3.6	Escolha de novo relator	441
34.3.7	Efeitos do julgamento em caso de afetação	441
34.4	Conversão do julgamento em diligência.....	441
34.4.1	Prazo da diligência	443
34.4.2	Remessa dos autos ao juízo <i>a quo</i>	443
34.4.3	Prosseguimento do julgamento	444
34.4.4	Desnecessidade de acórdão.....	444
34.5	Adiamento do julgamento por vista	445
34.5.1	Legitimidade para pedir ou tomar vista	445
34.5.2	Oportunidade do pedido de vista.....	446
34.5.3	Prazo da vista.....	446
34.5.4	Consequências da inobservância do prazo	448
34.6	Constatação de fatos supervenientes e questões de ordem pública.....	448
34.6.1	Iniciativa quanto à constatação.....	450
34.6.2	Prazo de manifestação das partes.....	450
34.6.3	Efeitos da preterição do contraditório	450
34.7	Ampliação do quórum da deliberação	450
34.7.1	Natureza da ampliação do quórum.....	453
34.7.2	Cabimento da ampliação do quórum.....	454
34.7.3	Formas da ampliação do quórum	456
34.7.4	Prosseguimento do julgamento com o quórum ampliado	457
34.8	Resolução de demandas repetitivas	458
34.8.1	Natureza do incidente de resolução de demandas repetitivas	459
34.8.2	Pressupostos do incidente de resolução de demandas repetitivas	460
34.8.3	Objeto do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	461
34.8.4	Iniciativa no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	461
34.8.5	Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas	462
34.8.5.1	Órgão competente para processar e julgar o incidente.....	463
34.8.5.2	Instrução do pedido de instauração do incidente	463
34.8.5.3	Controle da admissibilidade do incidente	464
34.8.5.4	Intervenção do Ministério Público no incidente.....	464
34.8.6	Efeitos da instauração do incidente de resolução de demandas repeti- tivas	465
34.8.7	Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas	466
34.8.7.1	Debate e instrução do incidente	466
34.8.7.2	Prazo de julgamento do incidente	467
34.8.7.3	Julgamento do incidente	467
34.8.8	Efeitos da tese jurídica.....	468
34.8.9	Revisão da tese jurídica.....	469
35.	Fase final do procedimento completo.....	469

35.1	Formação do pronunciamento do órgão fracionário	470
35.1.1	Dualidade de votos	471
35.1.2	Igualdade de votos	471
35.1.3	Disparidade de votos	473
35.2	Proclamação do resultado	475
35.2.1	Requisitos da proclamação	476
35.2.2	Retificação da proclamação	477
35.3	Modificação do voto	477
35.4	Designação de redator para o acórdão	480
35.5	Requisitos do acórdão	482
35.5.1	Designação da peça representativa do julgamento colegiado	482
35.5.2	Elementos do acórdão	483
35.5.3	Forma do acórdão	485
35.6	Publicação do acórdão	486
35.7	Baixa dos autos ao juízo de origem	487

Parte II RECURSOS EM ESPÉCIE

7. APELAÇÃO

36.	Origem histórica da apelação	490
37.	Avaliação crítica da finalidade da apelação	493
38.	Cabimento da apelação	495
38.1	Critério de cabimento da apelação no direito anterior	496
38.2	Critério de cabimento da apelação no direito vigente	502
38.3	Casos de exclusão da apelação	505
38.4	Cabimento da apelação contra sentença definitiva	507
38.5	Cabimento da apelação contra sentença terminativa	509
39.	Efeitos da interposição da apelação	509
39.1	Efeito devolutivo da apelação	510
39.1.1	Material da cognição em primeiro grau	510
39.1.2	Relação entre o objeto da apelação e o objeto do processo	516
39.1.3	Dimensões do efeito devolutivo na apelação	517
39.1.4	Extensão do efeito devolutivo da apelação	517
39.1.4.1	Efeito devolutivo parcial e total da apelação	518
39.1.4.2	Efeito devolutivo da apelação no processo cumulado (efeito expansivo)	520
39.1.4.3	Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	525
39.1.4.4	Efeito devolutivo da apelação quanto às questões de ordem pública	531
39.1.4.5	Efeito devolutivo da apelação contra sentença definitiva	532
39.1.5	Profundidade do efeito devolutivo	533

39.1.5.1	Efeito devolutivo da apelação na cumulação de causas e de fundamentos da defesa	533
39.1.5.2	Efeito devolutivo da apelação na cumulação de pedidos	535
39.1.5.3	Efeito devolutivo da apelação quanto às questões da mesma classe	535
39.1.5.4	Efeito devolutivo quanto às questões anteriores à sentença....	536
38.1.6	Efeito devolutivo no processo à revelia	537
39.2	Efeito suspensivo	539
39.2.1	Apelação sem efeito suspensivo	540
39.2.1.1	Sentença homologatória da divisão e demarcação	540
39.2.1.2	Sentença condenatória em alimentos	541
39.2.1.3	Sentença de extinção ou de improcedência dos embargos	542
39.2.1.4	Sentença de procedência da instituição de arbitragem	543
39.2.1.5	Sentença quanto à tutela provisória	543
39.2.1.6	Sentença de interdição	545
39.2.1.7	Demais casos de apelação sem efeito suspensivo	546
39.2.1.8	Casos controversos de apelação sem efeito suspensivo	547
39.2.2	Proibição de inovar	551
39.2.3	Cumprimento provisório da sentença	553
39.2.4	Meios para alcançar a suspensão <i>ope iudicis</i>	556
40.	Interposição da apelação	559
40.1	Considerações gerais	559
40.2	Forma da interposição da apelação	560
40.3	Conteúdo da petição de apelação	564
40.3.1	Indicação do apelante e do apelado	564
40.3.2	Exposição dos fundamentos do recurso	564
40.3.3	Formulação do pedido de nova decisão	566
40.3.4	Produção da prova documental e indicação dos demais meios de prova..	567
40.4	Suprimento dos defeitos da petição	567
41.	Suscitação de questões novas na apelação	568
41.1	Fundamentos da apelação limitada	568
41.2	Questões novas independentes da alegação de força maior	572
41.2.1	Questões de direito não suscitadas na origem	572
41.2.2	Questões de fato passíveis de apreciação <i>ex officio</i>	573
41.2.3	Questões de fato constantes do processo	573
41.2.4	Questões de fato supervenientes	574
41.2.5	Necessidade de contraditório prévio	577
41.3	Questões novas dependentes da alegação de força maior	578
42.	Recebimento da apelação	580
42.1	Retratação da sentença	580
42.2	Controle <i>per saltum</i> da admissibilidade da apelação	582

43. Procedimento da apelação em primeiro grau.....	583
43.1 Abertura de prazo para resposta	583
43.2 Audiência do apelante	585
43.3 Incidente de adesão	585
43.4 Abertura de vista ao Ministério Público.....	585
43.5 Remessa do processo ao tribunal	586
44. Julgamento da apelação no tribunal	587
45. Efeitos do julgamento da apelação	588
45.1 Efeitos do julgamento do mérito da apelação	589
45.2 Correção dos vícios de congruência e de fundamentação da sentença.....	590
45.3 Proibição da <i>reformatio in pejus</i> na apelação	593
45.4 Condenação nas despesas da sucumbência	594

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO

46. Origem histórica do agravo	595
47. Avaliação crítica da finalidade do agravo	598
48. Espécies de agravo.....	607
49. Cabimento do agravo de instrumento	613
49.1 Admissibilidade do agravo de instrumento nas tutelas provisórias	615
49.2 Admissibilidade do agravo de instrumento na decisão de mérito	616
49.3 Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição da convenção de arbitragem	617
49.4 Admissibilidade do agravo de instrumento na desconconsideração da personalidade jurídica.....	617
49.5 Admissibilidade do agravo de instrumento na rejeição ou revogação da gratuidade	617
49.6 Admissibilidade do agravo de instrumento na exibição ou posse de documento ou coisa	618
49.7 Admissibilidade do agravo de instrumento na exclusão de litisconsorte	619
49.8 Admissibilidade do agravo de instrumento na limitação do litisconsórcio	619
49.9 Admissibilidade do agravo de instrumento na intervenção de terceiros	621
49.10 Admissibilidade do agravo de instrumento no efeito suspensivo dos embargos à execução	621
49.11 Admissibilidade do agravo de instrumento na redistribuição do ônus da prova...	622
49.12 Admissibilidade do agravo de instrumento nos casos previstos na lei	623
49.13 Admissibilidade do agravo de instrumento na liquidação, na execução e no inventário.....	625
49.14 Inadmissibilidade do agravo contra as omissões do órgão judiciário	627
50. Procedimento do agravo de instrumento.....	627
50.1 Interposição do agravo de instrumento	628
50.1.1 Forma da interposição e endereçamento ao tribunal competente.....	628
50.1.2 Conteúdo e forma da petição de agravo de instrumento	630
50.1.3 Prazo do agravo de instrumento	638
50.1.4 Comunicação da interposição ao juízo de primeiro grau	639

50.2	Distribuição do agravo de instrumento	641
50.3	Providências do relator.....	641
50.3.1	Julgamento liminar do agravo de instrumento	641
50.3.2	Suspensão dos efeitos da decisão agravada e antecipação dos efeitos da pretensão recursal	642
50.3.3	Intimação do agravado	645
50.3.4	Intimação do Ministério Público	648
50.4	Conteúdo e forma da resposta do agravado	648
50.5	Retratação da decisão e seus efeitos	649
50.6	Providências subsequentes.....	650
51.	Efeitos da interposição do agravo de instrumento	650
51.1	Efeito devolutivo	651
51.1.1	Extensão do efeito devolutivo	652
51.1.2	Profundidade do efeito devolutivo	653
51.2	Efeito suspensivo	654
52.	Julgamento do agravo de instrumento.....	658
52.1	Julgamento do agravo de instrumento.....	658
52.2	Conflito entre a retratação e o desprovemento do agravo de instrumento	660
53.	Efeitos do julgamento do agravo de instrumento	661

9. AGRAVO INTERNO

54.	Origem e evolução do agravo interno	663
55.	Amplitude do cabimento do agravo interno	667
55.1	Agravo interno nos recursos especial e extraordinário	669
55.2	Agravo interno na concessão de efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da pretensão recursal	673
55.3	Agravo interno no conflito de competência.....	675
55.4	Agravo interno na suspensão de liminar ou sentença	676
55.5	Agravo interno contra ato do presidente de tribunal superior, de seção, de turma ou de relator	680
56.	Procedimento do agravo interno	681
56.1	Objeto do agravo interno.....	681
56.2	Prazo de interposição do agravo interno	682
56.3	Forma e conteúdo do agravo interno.....	682
56.4	Efeitos da interposição do agravo interno.....	684
56.5	Contraditório no agravo interno	684
56.6	Intimação do Ministério Público	686
56.7	Retratação da decisão agravada	687
56.8	Necessidade da publicação da pauta no agravo interno	688
57.	Julgamento do agravo interno	688
58.	Efeitos do julgamento do agravo interno	690
59.	Aplicação de multa ao agravante	691

10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

60. Origem e evolução histórica dos embargos de declaração	693
61. Conceito e natureza jurídica dos embargos de declaração	696
62. Avaliação crítica dos embargos de declaração	699
63. Cabimento dos embargos de declaração	700
63.1 Provimentos embargáveis	700
63.1.1 Cabimento dos embargos de declaração contra sentenças	702
63.1.2 Cabimento dos embargos de declaração contra acórdãos	702
63.1.3 Cabimento dos embargos de declaração contra decisões interlocutórias...	704
63.1.4 Cabimento dos embargos de declaração contra decisões do relator	706
63.1.5 Cabimento dos embargos de declaração contra despachos	707
63.2 Defeitos típicos embargáveis	707
63.2.1 Omissão (prequestionamento)	708
63.2.1.1 Caracterização da omissão	708
63.2.1.2 Causa da omissão	711
63.2.1.3 Objeto da omissão	712
63.2.1.4 Pquestionamento	715
63.2.2 Obscuridade	722
63.2.3 Contradição	723
63.2.4 Erro material	725
63.2.5 Dúvida	726
63.3 Defeitos atípicos embargáveis	726
64. Efeitos da interposição dos embargos de declaração	730
64.1 Efeito devolutivo dos embargos de declaração	730
64.2 Efeito suspensivo dos embargos de declaração	732
64.3 Efeito interruptivo dos embargos de declaração	734
64.3.1 Objeto do efeito interruptivo	734
64.3.2 Contagem do prazo interrompido	735
64.3.3 Destinatários da interrupção	736
64.3.4 Efeito interruptivo dos embargos de declaração inadmissíveis	738
65. Procedimento dos embargos de declaração	740
65.1 Interposição dos embargos de declaração	740
65.2 Controle da admissibilidade pelo relator	742
65.3 Abertura de prazo para resposta do embargado	743
65.4 Prazo para julgamento dos embargos de declaração	746
66. Julgamento dos embargos de declaração	747
66.1 Competência para julgar os embargos de declaração	747
66.2 Dispensa da intimação prévia das partes	749
66.3 Impossibilidade de debate oral	749
66.4 Julgamento dos embargos de declaração no tribunal	750
67. Efeitos do julgamento dos embargos de declaração	752

67.1	Efeito modificativo.....	753
67.1.1	Efeito infringente	754
67.1.2	Integração do julgamento dos embargos ao provimento impugnado.....	756
67.2	Limites à <i>reformatio in pejus</i> nos embargos de declaração	757
67.3	Reiteração dos embargos de declaração	758
67.3.1	Casos de inadmissibilidade da reiteração dos embargos de declaração ...	758
67.3.2	Repressão aos embargos manifestamente protelatórios	759
67.3.2.1	Problema de política legislativa	759
67.3.2.2	Destinatários da sanção pecuniária	760
67.3.2.3	Caracterização do manifesto caráter protelatório	760
67.3.2.4	Reiteração da sanção pecuniária nos embargos protelatórios... ..	761
67.3.2.5	Cumulação de sanções pecuniárias nos embargos protelatórios	761
67.3.2.6	Proibição dos embargos declaratórios	762

11. RECURSO ORDINÁRIO

68.	Origem e evolução do recurso ordinário	763
69.	Natureza do recurso ordinário.....	769
70.	Confronto e semelhanças entre o recurso ordinário e a apelação.....	770
71.	Definição de recurso ordinário	773
72.	Avaliação crítica do recurso ordinário	773
73.	Cabimento do recurso ordinário	774
73.1	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos colegiados	774
73.1.1	Natureza e conteúdo do provimento denegatório.....	774
73.1.2	Caráter final do provimento denegatório.....	776
73.1.3	Denegação de mandado de segurança.....	777
73.1.4	Denegação de <i>habeas data</i>	781
73.1.5	Denegação de mandado de injunção.....	784
73.1.6	Denegação de <i>habeas corpus</i>	786
73.2	Cabimento do recurso ordinário contra provimentos singulares.....	788
74.	Condições de admissibilidade do recurso ordinário	790
74.1	Cabimento do recurso ordinário: fungibilidade	791
74.2	Legitimidade para interpor recurso ordinário	792
74.3	Prazo da interposição do recurso ordinário	792
74.4	Regularidade formal do recurso ordinário	792
74.5	Preparo do recurso ordinário.....	793
75.	Efeitos da interposição do recurso ordinário	793
75.1	Efeito devolutivo	793
75.2	Efeito suspensivo	796
76.	Procedimento do recurso ordinário.....	798
76.1	Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>a quo</i>	798
76.2	Procedimento do recurso ordinário no órgão <i>ad quem</i>	799
77.	Efeitos do julgamento do recurso ordinário	800

12. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

78. Origem e evolução histórica do recurso extraordinário	802
79. Função constitucional do recurso extraordinário	810
80. Denominação do recurso.....	812
81. Regimes do recurso extraordinário.....	813
82. Cabimento do recurso extraordinário	813
82.1 Condições genéricas do cabimento do recurso extraordinário	814
82.1.1 Esgotamento das vias recursais ordinárias.....	815
82.1.1.1 Recorribilidade dos provimentos de primeiro grau	815
82.1.1.2 Recorribilidade dos provimentos de segundo grau.....	816
82.1.2 Prequestionamento da questão constitucional	821
82.1.3 Ofensa direta à norma constitucional	827
82.1.4 Repercussão geral da questão constitucional.....	828
82.1.4.1 Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância.....	831
82.1.4.2 Origem da repercussão geral	832
82.1.4.3 Localização da repercussão geral no juízo de admissibilidade...	835
82.1.4.4 Fatores que determinam a existência e a inexistência da repercussão geral.....	837
82.2 Condições específicas do cabimento do recurso extraordinário	839
82.2.1 Provimento que contraria norma constitucional	843
82.2.2 Provimento que declara a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal	844
82.2.3 Provimento que julga válida lei ou ato de governo local contestado perante norma constitucional	846
82.2.4 Provimento que declara válida lei local contestada perante lei federal....	847
83. Efeitos da interposição do recurso extraordinário	850
83.1 Efeito devolutivo do recurso extraordinário.....	851
83.2 Efeito suspensivo do recurso extraordinário	853
83.2.1 Caráter provisório da execução na pendência do extraordinário	854
83.2.2 Competência para atribuir efeito suspensivo ao extraordinário.....	855
83.2.3 Forma da obtenção do efeito suspensivo no extraordinário.....	858
83.2.4 Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no extraordinário	859
84. Procedimento do recurso extraordinário.....	860
84.1 Procedimento do recurso extraordinário no tribunal de origem.....	862
84.1.1 Prazo de interposição do extraordinário	862
84.1.1.1 Termo inicial do prazo do extraordinário perante decisão majoritária	862
84.1.1.2 Ônus de interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	863
84.1.1.3 Controle da tempestividade do recurso extraordinário	864
84.1.2 Forma e conteúdo da interposição do recurso extraordinário	865
84.1.2.1 Endereçamento da petição de interposição ao órgão competente	866
84.1.2.2 Regularidade formal do recurso extraordinário.....	866

84.1.3	Preparo do recurso extraordinário.....	870
84.1.4	Formação do contraditório no recurso extraordinário	871
84.1.5	Incidente de adesão ao recurso extraordinário	871
84.1.6	Suspensão nacional no incidente de resolução de demandas repetitivas...	873
84.1.7	Controle do recurso extraordinário no tribunal de origem	874
84.1.7.1	Prazo do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente	874
84.1.7.2	Motivação do pronunciamento do presidente ou do vice-presidente	875
84.1.7.3	Negativa de seguimento ao recurso extraordinário	876
84.1.7.4	Retratação do acórdão divergente do precedente do STF.....	876
84.1.7.5	Suspensão em razão do regime de recursos extraordinários repetitivos	877
84.1.7.6	Seleção do acórdão representativo da controvérsia constitucional	879
84.1.7.7	Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário	880
84.1.8	Interposição de agravo interno contra a decisão do presidente ou do vice-presidente	881
84.1.9	Interposição de agravo contra a decisão de inadmissibilidade do extraordinário	882
84.1.9.1	Prazo de interposição do agravo para o STF	882
84.1.9.2	Regularidade formal do agravo para o STF	883
84.1.9.3	Motivação do agravo para o STF.....	883
84.1.9.4	Trâmites do agravo no órgão de origem	884
84.1.9.5	Procedimento do agravo no STF.....	884
84.1.9.6	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STF ..	885
84.2	Procedimento do recurso extraordinário sob repercussão geral no STF	886
84.2.1	Relação entre os recursos extraordinário e especial	886
84.2.2	Fungibilidade do recurso extraordinário na ofensa reflexa	887
84.2.3	Distribuição do recurso extraordinário no STF	888
84.2.4	Atribuições do relator no STF	888
84.2.5	Julgamento do recurso extraordinário no STF.....	890
85.	Regime dos recursos extraordinários repetitivos	892
85.1	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos extraordinários repetitivos.....	892
85.2	Seleção dos recursos extraordinários representativos da controvérsia.....	892
85.3	Exclusão do recurso extraordinário intempestivo	893
85.4	Decisão de afetação dos recursos extraordinários.....	893
85.5	Prazo de julgamentos dos recursos afetados e renovação da afetação	894
85.6	Exclusão do recurso extraordinário diferente.....	894
85.7	Instrução dos recursos extraordinários repetitivos.....	895
85.8	Julgamento dos recursos extraordinários repetitivos.....	895
85.9	Efeitos do julgamento dos recursos extraordinários repetitivos nos processos suspensos.....	896
86.	Efeitos do julgamento do recurso extraordinário	897
86.1	Efeitos da inadmissibilidade do extraordinário	897

86.2	Efeitos do julgamento do mérito do extraordinário	898
86.2.1	Eficácia substitutiva do provimento impugnado	900
86.2.2	Eficácia da declaração da inconstitucionalidade	901
86.2.2.1	Extensão da eficácia do julgamento pelo Senado Federal	903
86.2.2.2	Formulação de regra jurídica abstrata	904
86.2.3	Declaração da existência de repercussão geral	905
86.3	Impugnação do julgamento do recurso extraordinário	905

13. RECURSO ESPECIAL

87.	Localização do recurso especial no quadro geral dos recursos	908
88.	Origem do recurso especial	908
89.	Finalidade constitucional do recurso especial	911
90.	Denominação do recurso	913
91.	Cabimento do recurso especial	914
91.1	Condições genéricas do cabimento do recurso especial	914
91.1.1	Esgotamento das vias recursais ordinárias	915
91.1.2	Prequestionamento da questão federal	917
91.2	Condições específicas do cabimento do recurso especial	921
91.2.1	Caracterização da questão federal	921
91.2.2	Provimento que contraria ou nega vigência a tratado ou lei federal	927
91.2.3	Provimento que julga válido ato do governo local perante lei federal	930
91.2.4	Provimento que confere à lei federal interpretação divergente de outro tribunal	931
91.2.4.1	Identidade do objeto do dissídio	932
91.2.4.2	Natureza federal do dissídio	932
91.2.4.3	Atualidade do dissídio	932
91.2.4.4	Diversidade de tribunais no dissídio	933
92.	Efeitos da interposição do recurso especial	934
92.1	Efeito devolutivo do recurso especial	935
92.2	Efeito suspensivo do recurso especial	938
92.2.1	Caráter provisório da execução na pendência do recurso especial	938
92.2.2	Competência para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial	939
92.2.3	Forma da obtenção do efeito suspensivo no recurso especial	941
92.2.4	Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no recurso especial	942
93.	Procedimento do recurso especial	943
93.1	Procedimento do recurso especial no tribunal de origem	943
93.1.1	Prazo de interposição do recurso especial	943
93.1.1.1	Recurso especial interposto antes da intimação	944
93.1.1.2	Controle da tempestividade do recurso especial no protocolo integrado	945
93.1.2	Forma e conteúdo da petição de interposição do recurso especial	946
93.1.2.1	Endereçamento da petição de interposição do recurso especial	947
93.1.2.2	Regularidade formal no recurso especial	947

93.1.3	Preparo do recurso especial	952
93.1.4	Formação do contraditório no recurso especial.....	953
93.1.5	Incidente de adesão no recurso especial	953
93.1.6	Suspensão nacional do incidente de resolução de demandas repetitivas ...	955
93.1.7	Controle do recurso especial	956
93.1.7.1	Negativa de seguimento ao recurso especial.....	956
93.1.7.2	Retratação do acórdão divergente do precedente do STJ.....	957
93.1.7.3	Suspensão em razão do regime dos recursos especiais repeti- tivos	958
93.1.7.4	Seleção do acórdão representativo da controvérsia federal	959
93.1.7.5	Juízo de admissibilidade do recurso especial.....	961
93.1.8	Interposição do agravo contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial.....	963
93.1.8.1	Prazo de interposição do agravo para o STJ	963
93.1.8.2	Regularidade formal do agravo para o STJ	964
93.1.8.3	Motivação do agravo para o STJ.....	965
93.1.8.4	Trâmites do agravo no tribunal de origem	965
93.1.8.5	Procedimento do agravo no STJ	965
93.1.8.6	Interposição de agravo interno contra ato do relator no STJ ...	966
93.1.9	Interposição conjunta dos recursos especial e extraordinário e a repercussão geral	967
93.2	Procedimento do recurso especial no STJ	968
93.2.1	Procedimento comum do recurso especial	968
93.2.2	Procedimento dos recursos especiais repetitivos	969
93.2.2.1	Iniciativa da afetação ao regime dos recursos especiais repeti- tivos	970
93.2.2.2	Seleção dos recursos especiais representativos da controvér- sia.....	970
93.2.2.3	Exclusão do recurso especial intempestivo	970
93.2.2.4	Decisão de afetação dos recursos especiais	971
93.2.2.5	Prazo de julgamento dos recursos afetados e renovação da afetação	971
93.2.2.6	Exclusão do recurso especial diferente	972
93.2.2.7	Instrução dos recursos especiais repetitivos	973
93.2.2.8	Julgamento dos recursos especiais repetitivos	973
93.2.2.9	Efeitos do julgamento dos recursos especiais repetitivos nos processos suspensos.....	973
94.	Efeitos do julgamento do recurso especial.....	974
94.1	Efeitos da inadmissibilidade do recurso especial.....	974
94.2	Efeitos do julgamento do mérito do recurso especial.....	975

14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

95.	Origem e evolução histórica dos embargos de divergência	979
96.	Finalidade dos embargos de divergência	984
97.	Avaliação crítica dos embargos de divergência	985

98. Cabimento dos embargos de divergência.....	986
98.1 Atributos do acórdão embargado.....	987
98.2 Atributos do acórdão paradigma	992
99. Condições de admissibilidade dos embargos de divergência	995
99.1 Cabimento dos embargos de divergência: fungibilidade.....	995
99.2 Prazo de interposição dos embargos de divergência	996
99.3 Regularidade formal dos embargos de divergência	997
99.3.1 Demonstração da divergência.....	998
99.3.2 Comprovação da divergência.....	999
99.4 Preparo dos embargos de divergência	1000
100. Efeitos da interposição dos embargos de divergência	1001
100.1 Efeito devolutivo dos embargos de divergência.....	1001
100.2 Efeito suspensivo dos embargos de divergência	1002
100.3 Efeito interruptivo dos embargos de divergência	1003
101. Procedimento dos embargos de divergência.....	1003
101.1 Competência para julgar os embargos de divergência no STF	1003
101.2 Competência para julgar os embargos de divergência no STJ.....	1004
101.3 Atitudes iniciais do relator	1005
101.4 Abertura de vista ao embargado	1006
101.5 Abertura de vista ao Ministério Público	1006
101.6 Atitudes subsequentes do relator	1007
101.6.1 Retratação do juízo positivo de admissibilidade.....	1007
101.6.2 Julgamento do mérito dos embargos de divergência.....	1008
101.6.3 Pedido de dia para julgamento	1008
102. Julgamento dos embargos de divergência.....	1008
103. Efeitos do julgamento dos embargos de divergência	1009

Parte III

DEMAIS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

15. SUCEDÂNEOS RECURSAIS

104. Definição de sucedâneo recursal no direito brasileiro	1011
105. Origem e evolução dos sucedâneos recursais	1016
106. Remessa necessária	1020
106.1 Origem e evolução história da apelação <i>ex officio</i>	1020
106.2 Institutos similares à apelação <i>ex officio</i> no direito estrangeiro.....	1024
106.3 Natureza jurídica da remessa necessária	1025
106.4 Cabimento da remessa necessária	1031
106.5 Efeitos da pendência da remessa necessária	1035
107. Correição parcial.....	1037
107.1 Origem e evolução histórica da correição parcial	1037
107.2 Natureza jurídica da correição parcial.....	1038

107.3	Cabimento da correção parcial.....	1040
107.4	Efeitos da interposição da correção parcial	1042
108.	Pedido de reconsideração.....	1042
108.1	Origem e evolução histórica do pedido de reconsideração.....	1042
108.2	Cabimento do pedido de reconsideração	1044
108.3	Efeitos da interposição do pedido de reconsideração	1045
109.	Suspensão da liminar	1045
109.1	Origem e evolução histórica da suspensão da liminar	1046
109.2	Natureza jurídica da suspensão da liminar.....	1047
109.3	Cabimento da suspensão da liminar	1049
109.4	Efeitos da interposição da suspensão da liminar	1050
110.	Agravo regimental.....	1052
110.1	Origem e evolução histórica do agravo regimental.....	1052
110.2	Natureza jurídica do agravo regimental	1053
110.3	Cabimento do agravo regimental	1055
110.4	Efeitos da interposição do agravo regimental.....	1056

16. RECLAMAÇÃO

111.	Origem e evolução da reclamação	1057
112.	Natureza jurídica da reclamação	1059
113.	Finalidades da reclamação	1060
114.	Cabimento da reclamação	1061
114.1	Preservação da competência do tribunal.....	1061
114.2	Garantia da autoridade da decisão do tribunal	1062
114.3	Garantia de súmula vinculante e de decisão no controle concentrado de constitucionalidade	1062
114.4	Garantia do precedente nos incidentes de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência	1063
115.	Procedimento da reclamação	1064
115.1	Competência na reclamação.....	1064
115.2	Legitimidade ativa de passiva na reclamação	1064
115.3	Oportunidade da reclamação	1066
115.4	Forma e conteúdo da petição inicial da reclamação.....	1066
115.5	Poderes do relator na reclamação	1067
115.6	Contraditório na reclamação	1068
116.	Julgamento da reclamação e seus efeitos	1068
	BIBLIOGRAFIA.....	1071
	ÍNDICE LEGISLATIVO	1119
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	1147
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	1167